

Cartografia Social para o Planejamento Sustentável em Áreas Socialmente Vulneráveis

Social Cartography for Sustainable Planning in Socially Vulnerable Areas

Cartografía Social para la Planificación Sostenible en Áreas Socialmente Vulnerables.

Caio Cezar Cunha

Doutor, UEL, Brasil
caiocunha89@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello

Professora Doutora, UEL, Brasil.
antonello@uel.br

RESUMO

A metodologia participativa de cartografia social surge como uma ferramenta poderosa para envolver as comunidades locais no processo de tomada de decisões, integrando conhecimentos tradicionais e científicos para mapear não apenas a geografia física, mas também as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais. Ao envolver a comunidade na elaboração dos mapas, ocorre o compartilhamento de experiências, percepções e preocupações, resultando em uma compreensão mais efetiva dos desafios enfrentados e das oportunidades disponíveis. Isso permite que as comunidades expressem suas realidades, necessidades e aspirações de forma visual e contextualizada. As soluções propostas tendem a ser mais sensíveis, relevantes e sustentáveis a longo prazo. A cartografia social também ajuda a identificar padrões espaciais de vulnerabilidade e resiliência, facilitando a formulação de políticas e intervenções mais eficazes. Este artigo explora o potencial da cartografia social para o planejamento sustentável em áreas vulneráveis, destacando suas potencialidades e desafios, visando contribuir para uma maior compreensão de como a participação comunitária e a cartografia social podem promover e auxiliar pesquisas em áreas de fragilidade socioambiental. O texto propõe uma análise das técnicas utilizadas, destacando a realização de oficinas participativas e a sistematização de palavras síntese para quantificar as percepções dos grupos locais. Isso permite criar mapeamentos mais precisos que complementam informações territoriais, direcionando a gestão das políticas sociais e ambientais para áreas que demandam maior atenção.

PALAVRAS-CHAVE: Participação popular. Mapas afetivos. Sustentabilidade.

SUMMARY

The participatory methodology of social cartography emerges as a powerful tool to engage local communities in the decision-making process, integrating traditional and scientific knowledge to map not only physical geography but also social, economic, and environmental dynamics. By involving the community in the map-making process, there is a sharing of experiences, perceptions, and concerns, resulting in a more effective understanding of the challenges faced and the available opportunities. This allows communities to express their realities, needs, and aspirations in a visual and contextualized manner. The proposed solutions tend to be more sensitive, relevant, and sustainable in the long term. Social cartography also helps identify spatial patterns of vulnerability and resilience, facilitating the formulation of more effective policies and interventions. This article explores the potential of social cartography for sustainable planning in vulnerable areas, highlighting its strengths and challenges, aiming to contribute to a greater understanding of how community participation and social cartography can promote and assist research in areas of socio-environmental fragility. The text proposes an analysis of the techniques used, emphasizing the conduct of participatory workshops and the systematization of synthesis words to quantify the perceptions of local groups. This allows for the creation of more precise mappings that complement territorial information, directing the management of social and environmental policies to areas that require greater attention.

KEYWORDS: Community participation. Affective mapping. Sustainability.

RESUMEN

La metodología participativa de cartografía social surge como una herramienta poderosa para involucrar a las comunidades locales en el proceso de toma de decisiones, integrando conocimientos tradicionales y científicos para mapear no solo la geografía física, sino también las dinámicas sociales, económicas y ambientales. Al involucrar a la comunidad en la elaboración de los mapas, se produce un intercambio de experiencias, percepciones y preocupaciones, lo que resulta en una comprensión más efectiva de los desafíos enfrentados y las oportunidades disponibles. Esto permite que las comunidades expresen sus realidades, necesidades y aspiraciones de manera visual y contextualizada. Las soluciones propuestas tienden a ser más sensibles, pertinentes y sostenibles a largo plazo. La cartografía social también ayuda a identificar patrones espaciales de vulnerabilidad y resiliencia, facilitando la formulación de políticas e intervenciones más efectivas. Este artículo explora el potencial de la cartografía social para la planificación sostenible en áreas vulnerables, destacando sus fortalezas y desafíos, con el objetivo de contribuir a una mayor comprensión de cómo la participación comunitaria y la cartografía social pueden promover y ayudar en la investigación en áreas de fragilidad socioambiental. El texto propone un análisis de las técnicas utilizadas, destacando la realización de talleres participativos y la sistematización de palabras clave para cuantificar las percepciones de los grupos locales. Esto permite crear mapas más precisos que complementan la información territorial, dirigiendo la gestión de políticas sociales y ambientales hacia áreas que requieren mayor atención.

PALABRAS CLAVE: Participación comunitaria. Cartografía afectiva. Sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a busca por abordagens sustentáveis para o planejamento e gestão ambiental tem se intensificado, especialmente em áreas vulneráveis onde os impactos ambientais são mais pronunciados e as comunidades enfrentam desafios significativos. Nesse contexto, a metodologia participativa de cartografia social emerge como uma ferramenta poderosa para envolver as comunidades locais no processo de tomada de decisões, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades consideradas.

A cartografia social, ao integrar conhecimentos tradicionais e científicos, permite mapear não apenas a geografia física, mas também as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais de uma determinada região. Ao envolver os moradores locais na elaboração desses mapas, abre-se espaço para o compartilhamento de experiências, percepções e preocupações, proporcionando uma compreensão mais efetiva dos desafios enfrentados e das oportunidades disponíveis. Esta ferramenta permite que as comunidades expressem suas próprias realidades, necessidades e aspirações de maneira visual e geoespacialmente contextualizada. Ao envolver os membros da comunidade no processo de mapeamento, as soluções propostas tendem a ser mais culturalmente sensíveis, contextualmente relevantes e sustentáveis a longo prazo. Além disso, a cartografia social pode ajudar a identificar padrões espaciais de vulnerabilidade e resiliência, possibilitando a formulação de políticas e intervenções mais eficazes.

Este artigo se propõe a explorar o potencial da cartografia social como uma ferramenta para o planejamento sustentável em áreas vulneráveis por meio de análises em técnicas já utilizadas em contextos de precariedade social. Será examinado como a abordagem tem sido aplicada destacando suas potencialidades e desafios. Espera-se contribuir para uma maior compreensão sobre como a participação comunitária e a cartografia social podem promover e auxiliar as pesquisas que se comprometem com áreas de fragilidade socioambiental ou seja, com os locais em que atravessam questões ambientais, mas também sociais, tendo em conta que a capacidade de recuperação meio à desastres é comprometida dos grupos que se encontram sem infraestrutura adequada e suporte social.

Neste sentido, será apresentado um debate teórico contextualizando a metodologia e as técnicas propostas para executar o mapeamento social em áreas vulneráveis. A primeira etapa da técnica é a realização de oficinas participativas, nas quais os membros da comunidade são direcionados a sistematizar palavras síntese que expressam seus sentimentos com o espaço em que vivem. A segunda etapa consiste em sistematizar essas palavras para poder categorizá-las e com isso, quantificá-las. Tendo a quantificação dessas palavras, é possível criar mapeamentos que expressam com maior exatidão a percepção dos grupos que residem nos locais trabalhados, e com isso, criar cenários que podem complementar as informações territoriais de áreas que necessitam de maior atenção da gestão das políticas sociais, bem como das questões ambientais.

2 DESENVOLVIMENTO

O debate que será apresentado tem como objetivo caracterizar o avanço conquistado da técnica de cartografia social via mapas afetivos para auxiliar a gestão de políticas públicas e o aprimoramento da compreensão territorial baseada no local em prol de uma gestão ambiental mais sustentável para consolidar a busca por experiências subjetivas e as relações emocionais que as pessoas têm com o espaço em que vivem, trabalham ou transitam. Em consonância a isso, acredita-se que

A falta de aprofundamento das experiências baseadas no lugar, confirmam a necessidade de busca por alternativas à conformação excludente e desigual do mundo moderno, exigindo empenho para desconstruir o caráter universal e natural da sociedade capitalista. (CUNHA; ANTONELLO, 2023, p.4)

Essa técnica permite que sejam mapeadas não apenas as características físicas e socioeconômicas de um território, mas também as percepções, valores e sentimentos das comunidades que o habitam.

Ao integrar elementos emocionais e afetivos aos mapas tradicionais, a cartografia social oferece uma visão mais completa e contextualizada da realidade, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas territoriais e das demandas sociais. Isso é especialmente relevante no contexto da gestão de políticas públicas e da promoção da sustentabilidade ambiental.

Os mapas afetivos podem revelar padrões de uso do espaço, identificar áreas de conflito ou de valor simbólico e subsidiar a tomada de decisões orientadas pelo bem-estar das comunidades e pela preservação dos recursos naturais.

No entanto, é importante ressaltar que a aplicação da cartografia social via mapas afetivos requer uma abordagem ética e sensível, considerando as diferentes percepções e experiências das pessoas, bem como os potenciais impactos sociais e políticos das representações cartográficas. Neste sentido, o texto busca expor tecnicamente como executar as atividades com a população, mas todos os cuidados necessários ao realizar este tipo de pesquisa devem ser respeitados e os procedimentos legais de viabilização da investigação devem ser seguidos.

2.1 Cartografia e participação

A arte cartográfica, juntamente com as técnicas incorporadas na criação de mapas, estabelece uma linguagem técnica e objetiva, muitas vezes impositiva, que teve um avanço significativo durante períodos de guerra. Pode-se argumentar que ao longo da história, a cartografia evoluiu e se refinou para servir como uma ferramenta de controle e poder, influenciando decisões cruciais, principalmente por parte dos líderes governamentais. Em poucas ocasiões, o poder da cartografia foi empregado por grupos minoritários para desafiar o status quo e instigar mudanças e questionamentos.

Ao longo da história, os mapas têm consistentemente favorecido os interesses dos grupos dominantes, uma tendência que se intensificou com o avanço da tecnologia. Isso se deve à necessidade de equipamentos sofisticados e à habilidade técnica necessária para operar os

softwares de mapeamento, os quais são essenciais para produzir resultados que explorem plenamente as capacidades de representação cartográfica.

Ao contrário dos outros modos de expressão, [...] o mapa é uma linguagem de poder e não de contestação. Jamais existiu uma cartografia popular, alternativa ou subversiva; [...] a tecnologia da informática não fez mais, que reforçar esta concentração de poder sobre os meios de informação. (ACSELRAD, 2008, p.50)

A aplicação das ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) é comumente vista como uma abordagem técnica e objetiva, em contraposição aos princípios de subjetividade, argumentação e ideias. No entanto, discorda-se dessa visão limitada e destaca-se que tais técnicas não estão exclusivamente ancoradas nesse viés objetivo. É crucial considerar a metodologia de coleta de dados e as formas de representação utilizadas. Nesse contexto, evidencia-se que o geoprocessamento pode ser empregado para representações qualitativas e por conta disso, amplia as potencialidades, o que pode também beneficiar comunidades locais por meio de mapeamentos participativos.

Analisado por outra perspectiva, Moura apresenta uma reflexão sobre o próprio nome:

[...] o sufixo “processamento” de Geoprocessamento vem de processo, que é do latim *processus* e significa “andar avante”, “progresso” [...] Assim, pode-se acreditar que o termo Geoprocessamento, surgido do sentido de processamento de dados georreferenciados significa implantar um processo que traga um progresso, um andar avante, na grafia ou representação da Terra. Não é somente representar, mas é associar a esse ato um novo olhar sobre o espaço, um ganho de conhecimento que é a informação. (MOURA, 2003, p.8)

O intuito encontra-se não só na necessidade de criar outras formas de gerar informações, mas de poder estar mais próximo e compreender o contexto de vida das pessoas que se encontram nas bases sociais e possibilitar meios para que suas expressões e sentimentos relacionados a seus locais de vida venham à tona e apresentem configurações que até o momento não foram possíveis de serem constatadas. Essa possibilidade de aquisição de dados é essencial para descrição de inúmeros cenários e facilitam o olhar da gestão em diversas conjunturas, porém, ao trabalhar em outras escalas que não sejam pequenas, ou seja, mais próxima do real: assentamentos, ocupações ou qualquer outra área com fragilidade socioambiental, sentimos a limitação que as grandes tabelas e variáveis dos institutos de pesquisa possuem por não apresentar informações específicas das demandas territoriais para cada contexto pesquisado.

Além disso, quando se discute variáveis, considera-se que grande parte das coletas não representam parte da realidade em grandes escalas, generalizando informações e não identificando particularidades – que muitas vezes são essenciais para a interpretação de uma dada realidade – isto é, como afirma Brandão (2006, p.27) os sujeitos “[...] acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas”.

Por essas razões são exploradas outras abordagens de coleta de informações sobre os espaços habitados, buscando uma perspectiva mais individual e única dos eventos em constante evolução no território. Destaca-se que a técnica que será detalhada no próximo tópico aproxima os pesquisadores dos contextos estudados e oferece um conteúdo autêntico, capturando de maneira respeitosa as percepções individuais e os vínculos que cada entrevistado tem com seu território. Este método, como será apresentado, pode contribuir para uma compreensão mais profunda do território e complementar interpretações que envolvam as pessoas e o ambiente, além de fornecer subsídios para tomadas de decisão embasadas em informações qualitativas e mais próximas da realidade da população.

2.2 Fundamentação da técnica

A técnica discutida no presente artigo é fruto de resultados obtidos em pesquisas anteriores e se origina na adaptação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) presente nas investigações (BOMFIM, 2010; BOMFIM et al., 2013; 2014), este processo apresenta articulações da Psicologia Ambiental com a Psicologia Social, na qual se estrutura importantes contribuições para pensar a relação entre sujeito e ambiente a partir da afetividade. A compreensão de afetividade que Bomfim trabalha é alicerçada na contribuição da filosofia de Spinoza (2009), sendo que os afetos se referem ao corpo e a mente, sendo eles uma única coisa, que são afetados por outros corpos, de modo que sua eficiência e ação pode ser aumentada ou diminuída, causando, respectivamente, liberdade ou passividade.

Essa compreensão está intimamente ligada à necessidade de interpretar subjetivamente o território, e isso é manifestado através do instrumento concebido por Bomfim (2010) para capturar os afetos, visando calcular o que a autora chamou de Estima de Lugar. Essa métrica é definida por:

[...] uma forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído. Como categoria social, a estima pode ser compreendida como uma forma de pensamento social que caminha em paralelo a outros de simbolismo do espaço, derivado da categoria de identidade social urbana ou de uma afetividade do lugar. (BOMFIM, 2010, p. 218)

O Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), incorporado ao processo metodológico, propõe uma análise qualitativa que se baseia na interconexão entre os significados, qualidades e sentimentos atribuídos aos desenhos. Em outras palavras, as imagens criadas e seus significados são os elementos-chave dessa metodologia, revelando os sentimentos e afetos dos participantes da pesquisa. Inspirado na abordagem histórico-cultural de Vygotsky (1991), o IGMA considera os afetos como o subtexto da linguagem, ou seja, a expressão emocional dos participantes por meio dos desenhos de seus territórios e das narrativas associadas a eles. Nessa linha de pensamento, Bomfim esclarece que:

[...] os desenhos e metáforas são recursos imagéticos reveladores dos afetos que, juntamente com a linguagem escrita dos indivíduos pesquisados, nos dão um movimento de síntese do sentimento. O desenho é a criação de uma situação de aquecimento para a expressão de emoções e sentimentos e a escrita traduz a dimensão afetiva do desenho. As metáforas são recursos de síntese, aglutinadores da relação entre significados, qualidades e sentimentos atribuídos aos desenhos. (BOMFIM, 2010, p, 137)

O valor intrínseco desses recursos, como os desenhos e as palavras-síntese, na revelação da afetividade é crucial para incentivar os indivíduos a expressarem suas emoções em relação ao seu local de vida, permitindo assim uma descrição sucinta do mesmo. Essa descrição auxilia em uma compreensão mais efetiva do vínculo emocional que os indivíduos têm com seu ambiente, contribuindo para um senso de pertencimento e identidade. Quando as pessoas conseguem articular seus sentimentos e experiências através de recursos visuais e linguísticos, elas não apenas fortalecem sua conexão emocional com o local, mas também facilitam a comunicação e o compartilhamento dessas emoções com os outros de sua comunidade.

Essa abordagem subjetiva de interpretação das falas dos moradores contribui para a aplicação da técnica e ampara sua eficácia garantindo resultados adequados à cada realidade trabalhada. Pensar a afetividade não é só pensar o sentimento das pessoas com o meio, mas pensar sua interação, construção e modificação. É um fenômeno que está diretamente conectado à atuação do homem no meio e pode ser mais um componente a ser considerado para avaliar e implementar políticas públicas. Segundo Bader Sawaia, a:

[...] afetividade é um meio de penetrar no que há de mais singular na vida social coletiva, pois ela constitui um universo peculiar da configuração subjetiva das relações sociais de dominação. É um fenômeno privado, mas cuja gênese e consequência são sociais (VYGOTSKY, 1934-1982), constituindo-se em ponto de tramitação do social e do psicológico, da mente e do corpo e, principalmente, da razão e da emoção. Segundo Dejours (1999), “negar ou desprezar a afetividade é nada menos do que negar ou desprezar o homem, sua humanidade, o que é negar a própria vida”. E, o que é mais importante, essa práxis usa, para reproduzir-se, os mesmos recursos e espaços de ações privilegiados pelo neoliberalismo e pela pós-modernidade. (SAWAIA, 2010, p. 40)

Nessa perspectiva, é possível perceber que a noção de afetividade está diretamente relacionada com o aumento ou diminuição da capacidade de agir que conseqüentemente constituem nossos modos de existir. A afetividade com o meio regula o modo de pensar, de agir e sentir e determinam as possibilidades de transformação e emancipação que as pessoas possuem de suas próprias vidas.

2.3 Proposta de aplicabilidade

A atividade para criação de mapas afetivos por meio do instrumento apresentado, consiste na realização de algumas etapas fundamentais para obtenção de resultados

consistentes. A primeira se refere ao conhecimento da área que irá trabalhar, é preciso ter um mínimo de vivência no local para poder compreender o contexto e a dinâmica em que as pessoas vivem. Caso não for possível, pode-se recorrer ao setor público das Secretarias da Saúde ou Assistência Social e propor uma atividade conjunta auxiliada por gestores que já tem familiaridade com os territórios podendo fazer os convites para realização de uma oficina direcionada aos locais que mais necessitam.

A segunda etapa consiste nos cuidados para a realização da oficina, estar ciente do público que está trabalhando para atuar com respeito e humildade, apresentar os cuidados solicitados pelo comitê de ética e assim iniciar a atividade. A atividade constitui-se primeiro na criação de um desenho, posteriormente, é solicitado para realizar o preenchimento de alguns campos que serão detalhados.

O desenho serve como um “aquecimento” ou seja, com ele as pessoas passam a abstrair para seus contextos de vida fora do local da atividade e começam a fazer relações metafóricas (ou não) com seus territórios, a expressão de suas emoções e sentimentos se iniciam no desenho, a escrita do outro lado da folha (figura 1) será para traduzir a dimensão afetiva dos sentimentos já presenciados, que para a pesquisa, torna-se relevante, pois preencherá as categorias que posteriormente irão subsidiar a criação das representações cartográficas.

Figura 1 – Folha da atividade

SEXO: Masculino () Feminino ()	Número:
IDADE:	
CIDADE ORIGEM:	
CIDADE RESIDÊNCIA:	
TEMPO DE RESIDÊNCIA:	
ENDEREÇO:	
MEU DESENHO SIGNIFICA:	
SENTIMENTOS (EMOÇÕES) QUE O DESENHO DESPERTA:	

PALAVRAS QUE SINTETIZAM TEUS SENTIMENTOS:	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	

Fonte: Autores

Após a primeira parte do preenchimento com os dados pessoais, inicia-se a primeira pergunta com o intuito de induzir o participante a fazer referência ao desenho atribuindo-lhe um significado. Na próxima pergunta, busca-se abstrair um pouco mais, esforçando-se para reproduzir alguma representação escrita do desenho. Após essas duas perguntas, vamos para as palavras-síntese. Nesse momento chamamos a atenção para que suas emoções e sentimentos fossem sintetizados em seis palavras ou pequenas frases que dessem a entender, de modo resumido, seu território e consecutivamente seu desenho.

Os objetivos desta atividade para investigação é criar relações entre o desenho (representação metafórica) e as palavras-síntese e levantar categorias para a formação sistemática a serem utilizadas no instrumento final. A oficina tem duração de 30 a 40 minutos ao todo, não exige materiais complexos para aplicação, apenas especificidades no planejamento, seleção da amostragem e local de aplicação.

A etapa de sistematização pós atividade deve seguir parâmetros para analisar as respostas e obter efetividade nos resultados. Esses critérios são estabelecidos por Vygotsky (1991) que permite o aprofundamento das discussões sobre as pessoas e a subjetividade a partir da linguagem e semiótica, bem como, a análise de subtexto, que permite a apropriação de processos psicológicos fundamentais que vão subsidiar os procedimentos sistemáticos e permitir aproximações das expressões por meio de mapeamentos.

Os mapeamentos são criados por meio da sistematização das palavras síntese que alimentam as seguintes categorias: Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança e Contraste, o critério para alimentar as categorias são subsidiados pela abordagem da análise de subtexto de Vygotsky (1991) e mensurada a frequência de aparecimento das palavras em cada uma destas categorias. Tendo a mensuração destes fenômenos e a localização de cada um, é possível criar mapeamentos das expressões dos sentimentos territoriais de cada participante e obter resultados que estão apoiados nas reflexões da Psicologia Ambiental que analisa, intuitivamente o sujeito em seu território, e nos fornece a compreensão, mesmo que sutil, das expressões de vida que são concretizadas na formação e caracterização desses espaços vividos.

Com a estruturação das respostas é possível categoriza-las e mensurar a quantidade em cada uma das quatro categorias (Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança e Contraste), essa frequência servirá para alimentar os dados de criação dos mapeamentos temáticos que apresentará informações qualitativas da estima das pessoas segundo a definição de cada categoria.

Essas informações complementam e podem ser úteis para compreender os contextos territoriais por meio da fala das pessoas. As informações fornecidas adicionam uma camada significativa à cartografia social, permitindo uma compreensão mais profunda dos contextos territoriais por meio das narrativas individuais e coletivas. Ao integrar os dados obtidos das experiências e perspectivas das pessoas, é possível mapear não apenas os limites físicos dos territórios, mas também as fronteiras emocionais e sociais que moldam suas identidades e dinâmicas. A voz das comunidades locais não apenas revela nuances emocionais e sociais dos territórios, mas também ressalta as interações complexas entre as pessoas e o ambiente natural ao seu entorno.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem participativa da cartografia social surge como uma ferramenta efetiva para engajar as comunidades locais na formulação de políticas, assegurando que suas perspectivas sejam levadas em conta e suas demandas sejam atendidas. Ao envolver ativamente as comunidades no processo de mapeamento, cria-se um senso de pertencimento e responsabilidade em relação ao território, fortalecendo os laços comunitários e fomentando a coesão social. Além disso, ao incorporar as preocupações e prioridades das comunidades nos planos e políticas ambientais, é possível promover uma gestão mais eficaz e dialógica dos recursos naturais, contribuindo para a construção de cenários mais condizentes com a realidade de cada população. Nesse sentido, a cartografia social facilita a compreensão dos desafios ambientais e impulsiona ações concretas rumo a melhores condições de vida para todos.

A cartografia social via mapas afetivos, é viável não apenas para visualizar as interações entre espaço físico e vivência humana, mas também reconhecer os padrões emocionais que permeiam esses lugares. Como resultado, os mapas se tornam não apenas representações

estáticas, mas sim retratos dinâmicos e em constante evolução dos territórios, enriquecidos pelas histórias e emoções compartilhadas pelas comunidades locais. Em última análise, ao incorporar a voz das pessoas com a utilização da técnica de cartografia social, somos capazes de alcançar uma compreensão mais subjetiva e empática dos espaços habitados, promovendo uma abordagem mais inclusiva e centrada no ser humano para o planejamento e desenvolvimento das comunidades. Neste sentido, ao mapear essas relações podemos identificar pontos de conexão e tensão entre desenvolvimento humano e preservação ambiental, contribuindo para tomadas de decisão, bem como para estratégias de planejamento mais equilibradas, dialógicas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo**. Fortaleza: UFC, 2010.

BOMFIM, Z. A. C. et al. Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da Psicologia Ambiental e Social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza. In: COLAÇO, V. F. R.; CORDEIRO, A. C. F. (Org.). **Adolescência e juventude: conhecer para proteger**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 317-341.

BOMFIM, Z. A. C. et al. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: MIRA, R. G.; DUMITRU, A. (Ed.). **Urban Sustainability: innovative spaces, vulnerabilities and opportunities**. Coruña: Institute of Psychosocial Studies and Research "Xoan Vicente Viqueira", 2014. p. 131-148.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Cunha, C. C., & Terezinha Antonello, I. (2023). **Cartografia social e mapas afetivos: uma proposta metodológica para as políticas sociais**. *Geographia Opportuno Tempore*, 9(2), e48840.
<https://doi.org/10.5433/got.2023.v9.48840>

MOURA, A. C. M. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**/ Ana clara Mourão Moura. – Belo Horizonte: Ed. da autora, 2003.

SAWAIA, Bader, B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, Maria Amalia F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais PUC SP, 2010. p. 39- 50.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.